

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

3. Comunicações do Presidente

4. [Petição n.º 292/XIII \(2.ª\)](#) - apresentada por ABIC - Associação de Bolseiros de Investigação Científica - Pela atualização do valor das bolsas de investigação científica - 15:00

- Audição dos peticionários
- Deputado Relator: Elza Pais - PS

5. Requerimento do CDS-PP a solicitar ao Ministro da Educação a remessa do estudo que fundamentou o procedimento para celebração de contratos de associação 2017/2018, 2018/2019 e 2019/2020 e o estudo que justificou a retificação ao aviso de abertura de procedimento para celebração desses contratos

- Discussão e votação

6. [Petição n.º 256/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por Ana Margarida Carvalho Maia – Solicitam que sejam adotadas medidas com vista à resolução da situação contratual precária dos técnicos especializados nas escolas

- Apreciação e votação do relatório final da petição
- Deputado Relator: Álvaro Batista - PSD

7. [Petição n.º 252/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por Eva Soares Pinho da Cruz Leite de Freitas – Solicita a criação de grupo letivo para Professores de Técnicas Especiais

- Apreciação e votação do relatório final da petição
- Deputado Relator: Maria Augusta Santos – PS

8. [Projeto de Resolução n.º 816/XIII/2.ª \(PCP\)](#) – Defende a conclusão da construção da Escola Básica Diogo Lopes de Sequeira – Alandroal

- Redação Final

9. [Projeto de Resolução n.º 854/XIII/2.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam a realização de obras de construção do Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Básica Diogo Lopes Sequeira do Alandroal

- Redação final

10. [Projeto de Resolução n.º 763/XIII, do BE](#) - Remoção das placas de fibrocimento com amianto na escola El-Rei D. Manuel I, em Alcochete

- Discussão

11. [Projeto de Resolução n.º 918/XIII, do CDS-PP](#) - Recomenda ao Governo que proceda à urgente reabilitação e ampliação da Escola El 2,3 El-Rei D. Manuel I, de Alcochete, e remova todas as placas de fibrocimento com amianto

- Discussão

12. [Projeto de Resolução n.º 931/XIII, do PCP](#) - Requalificação e ampliação urgente da Escola Básica de 2º e 3º ciclos El-Rei D. Manuel I em Alcochete

- Discussão

13. [Projeto de Resolução n.º 892/XIII, do BE](#) - Pagamento das bolsas de doutoramento e pós-doutoramento 2016 pela FCT

- Discussão

14. [Projeto de Resolução n.º 893/XIII, do BE](#) - Requalificação e ampliação da Escola Básica de 2º e 3º ciclos de Vialonga, Vila Franca de Xira

- Discussão

15. [Projeto de Lei n.º 166/XIII, do PS](#) - Define um regime de pagamento faseado das propinas devidas pelos estudantes do ensino superior e cria um regime especial de pagamento por beneficiários de bolsas de ação social, procedendo à terceira alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto

- Discussão e votação em sede de especialidade

16. [Projeto de Lei n.º 486/XIII, do PEV](#) - Desmaterialização de manuais e de outros materiais escolares

- Discussão e votação em sede de especialidade

17. [Petição n.º 329/XIII \(2.ª\)](#) – Solicita rescisão amigável com o Ministério da Educação e iniciativa legislativa que permita o rejuvenescimento dos professores.

- Admissão e distribuição de petição
- Deputado Relator: BE

18. Projetos de Lei n.ºs [326/XIII/2.ª](#), [423/XIII/2.ª](#) e [424/XIII/2.ª](#)– Primeira alteração à Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto, que define medidas de apoio social às mães e pais estudantes

- Redação Final

19. Data da próxima reunião

4 de julho de 2017 (terça-feira), às 15h – Audição Regimental do ME

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Senhor Presidente, Deputado Alexandre Quintanilha, comunicou que o Grupo Parlamentar do BE solicitou a antecipação dos pontos n.ºs 10, 11, 12, 14 e 16 da ordem de trabalhos para o início da reunião. Informou, ainda, que a Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) informou a Comissão de que se encontraria em deslocação do Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Transferência das Competências na Educação, e que por tal motivo havia solicitado o adiamento da apreciação do relatório da sua petição, pedido este reforçado pelo Senhor deputado Porfírio Silva (PS) em virtude da ausência daquela. O Senhor Presidente referiu, ainda, que o Grupo Parlamentar do PCP solicitou o adiamento dos pontos n.ºs 11, 12, 14 e 16 da ordem de trabalhos, em virtude de indisponibilidade. Por fim, informou que o Grupo Parlamentar do PEV solicitou o adiamento do ponto n.º 16, em virtude de coincidir com a audição do Ministro do Ambiente, na Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação.

O Senhor Deputado Álvaro Batista (PSD) pediu que o ponto 6 fosse objeto de apreciação de imediato, considerando que se traduz na apresentação de um Relatório de Petição já exposto em sede de Comissão.

Por consenso dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e CDS-PP, na ausência do PCP, foi determinado adiar os pontos n.ºs 10, 11, 12, 14 e 16 da ordem de trabalhos, bem como iniciar os trabalhos com o ponto n.º 6, conforme solicitação do Senhor Deputado Álvaro Batista (PSD).

2. Aprovação da ata

O Senhor Presidente colocou a votação a aprovação da ata de 14 de julho de 2017, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos presentes, com os votos dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e CDS-PP, na ausência do PCP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativas legislativas

3.1.1. Projetos de Lei

Projeto de Lei	556/XIII	2	Alarga a gratuitidade do acesso ao serviço de transporte escolar a todos os alunos do ensino obrigatório, procedendo a alteração ao Decreto-Lei nº 55/2009, de 2 de março	PEV
----------------	----------	---	---	-----

O Senhor Presidente informou que baixou à Comissão de Educação e Ciência o Projeto de Lei n.º 556/XIII/2.ª (PEV), devendo o mesmo ser distribuído ao Grupo Parlamentar do PSD para efeitos de elaboração de parecer. Informou, ainda, que neste momento a elaboração de notas técnicas está suspensa até dia 1 de setembro.

3.1.2. Projetos de Resolução

Projeto de Resolução	932/XIII	2	Pelo urgente reinício das obras de reabilitação da Escola Secundária do Monte de Caparica	PEV
----------------------	----------	---	---	-----

O Senhor Presidente informou de que o PEV deu conhecimento aos serviços da Comissão, por mail datado de 27 de junho, de pretender a discussão do Projeto de Resolução n.º 932/XIII/2.ª (PEV) no Plenário da Assembleia da República.

Projeto de Resolução	939/XIII	2	Concretização das obras na Escola Básica 2,3 Avelar Brotero, em Odivelas	PCP
----------------------	----------	---	--	-----

O Senhor Presidente informou que baixou à Comissão de Educação e Ciência o Projeto de Resolução n.º 939/XIII/2.ª (PCP), questionando o Grupo Parlamentar proponente se, nos termos do disposto no artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República,

pretendiam o agendamento para Comissão ou Plenário, tendo o respetivo Grupo indicado a preferência pela discussão em Comissão.

3.2. Redação Final dos Projetos de Resolução relativos ao reposicionamento dos professores no escalão da carreira docente:

O Senhor Presidente informou que se encontrava pendente, em Comissão, o texto de fusão proposto pelos serviços da DAPLEN para as seguintes iniciativas legislativas:

- Projeto de Resolução n.º 547/XIII/2.ª (CDS-PP) – Recomenda ao Governo que proceda ao reposicionamento dos professores no correspondente escalão da carreira docente;
- Projeto de Resolução n.º 870/XIII/2.ª (BE) – Reposicionamento na carreira dos docentes que ingressaram nos quadros - regulamentação do estatuto da carreira docente;
- Projeto de Resolução n.º 873/XIII/2.ª (PCP) – Propõe medidas de valorização dos professores e educadores e melhoria das suas condições de trabalho.

Informou, ainda, que na reunião de 6 de junho da CEC foi aprovada a redação final de um texto de fusão dos 3 Projetos de Resolução por unanimidade dos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP. Contudo, a Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP), solicitou, em momento posterior, a introdução de uma alteração a este texto de fusão. Esta proposta de alteração foi distribuída por todos os Grupos Parlamentares.

Levada a votação a redação final do texto de fusão, na redação proposta pela Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP), foi a mesma aprovada por unanimidade dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3.3. Iniciativas Legislativas sobre apoios aos alunos com Necessidades Educativas Especiais no ensino superior

O Senhor Presidente comunicou que o Grupo de Trabalho da Educação Especial solicitou nova prorrogação do prazo de apreciação por mais 30 dias, em virtude das dificuldades no agendamento de reunião com todos os Grupos Parlamentares. Levado a votação o pedido de prorrogação, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3.4. Aprovação de Relatório da Audiência Comissão Independente dos Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa

O Senhor Presidente colocou a votação a aprovação do Relatório da Audiência Comissão Independente dos Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa, ocorrida no passado dia 25 de maio de 2017 às 14h, no âmbito do Grupo de Trabalho da Educação Especial, tendo

o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3.5. Aprovação de Relatório da Audiência do Grupo de Docentes do Ensino Superior Politécnico

O Senhor Presidente colocou a votação a aprovação do Relatório da Audiência do Grupo de Docentes do Ensino Superior Politécnico, ocorrida no passado dia 8 de junho de 2017 às 14h, no âmbito do Grupo de Trabalho da Educação Especial, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3.6. Aprovação de Relatório da Audição do CNIPE – Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação

O Senhor Presidente colocou a votação a aprovação do Relatório da Audição do CNIPE – Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação, ocorrida no passado dia 14 de junho de 2017 às 14h, no âmbito do Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3.7. Visita de uma Delegação da Comissão Permanente da Assembleia Provincial de Guangdong

O Senhor Presidente informou que a Comissão de Educação e Ciência iria receber, no próximo dia 28 de junho de 2017, pelas 11:30, uma Visita de uma Delegação da Comissão Permanente da Assembleia Provincial de Guangdong Reunião da Comissão aberta a todos os deputados, apelando à presença de pelo menos um deputado por Grupo Parlamentar.

3.8. Visita ao Agrupamento de Escolas Soares Basto em Oliveira de Azeméis pelo Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação

O Senhor Presidente informou que se encontrava a decorrer hoje uma visita ao Agrupamento de Escolas Soares Basto em Oliveira de Azeméis seguida de uma visita de cortesia à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, pelo Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação.

4. [Petição n.º 292/XIII \(2.ª\)](#) - apresentada por ABIC - Associação de Bolseiros de Investigação Científica - Pela atualização do valor das bolsas de investigação científica - 15:00

O Presidente da Comissão cumprimentou a petionária ABIC – Associação de Bolseiros de Investigação Científica, na pessoa de Sandra Pereira, Presidente da ABIC, e de Marta Santos, Vice-Presidente da ABIC, e lembrou a grelha de tempo das intervenções.

Dada a palavra à Presidente da ABIC foi por esta exposto que um dos motivos que fundamenta o pedido de aumento do valor das bolsas se prende com o facto de estas não serem atualizadas há pelo menos 15 anos, o que se traduz num efetivo poder de compra dos bolseiros.

Acresce que, estes bolseiros recebem a bolsa repartida por 12 meses, e não os 14, uma vez que não têm direito a subsídio de férias ou de natal, nem tão pouco a subsídio de refeição. Consideram que são direitos que estão a ser vedados aos bolseiros. Referiram, ainda, não terem direito a licenças médicas, tal como ao facto de não direito a qualquer indemnização por despedimento.

Assim, referiu pretenderem apurar quais os esforços que os Grupos Parlamentares farão para incluir estes subsídios no Orçamento de Estado para 2018.

Mencionou, ainda, que constitui um fator de agravamento à condição de bolseiro o facto de estarem sujeitos à regra da exclusividade, não obstante o restante da sua atividade ser objeto de uma desregulamentação geral.

Nesta medida, considera que o bolseiro tem sido desvalorizado, perguntando qual o papel das bolsas para efeitos de remuneração destes bolseiros.

Referiu, ainda, que tal como é conhecimento de todos, uma das principais missões da ABIC é revogar o Estatuto de Bolseiro, por entenderem que estas bolsas devem ser substituídas por contratos de trabalho.

Evidenciou que com as alterações ao [Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto](#), alguns bolseiros doutorados passarão a ter contratos. Contudo, o número de bolseiros é muito superior.

Referiu terem conhecimento de que se encontra a correr o prazo para o Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP) e que a ABIC tem apelado a que os bolseiros apresentem os seus casos.

Terminou, questionando os Senhores Deputados e Senhoras Deputadas se é com vínculos de bolsa que querem fixar os investigadores, referindo que é uma dura realidade ser investigador em Portugal, exemplificando com o caso dos colegas que estão à espera do pagamento das bolsas que já lhes foram atribuídas, mas que não poderão utilizar desse dinheiro para pagarem, retroativamente, as suas dívidas.

Terminada a intervenção inicial, o Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD), que cumpriu e referiu que as questões aqui trazidas pela ABIC não são questões novas, tratando-se de pretensões legítimas que apenas dependem de dotação orçamental.

Todavia, considera que existe alguma contradição no discurso da ABIC quando se reportam ao contrato de trabalho, pois que o bolseiro não tem um vínculo de natureza jurídico-laboral, logo não é um trabalhador em funções públicas. Desta forma, o contrato de trabalho perverteria o Estatuto do Bolseiro, pelo que o que é peticionado pela ABIC entra em contradição direta com aquele estatuto.

Terminou, mencionando a aprovação das alterações ao Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, que teriam ficado muito aquém do desejado não fosse o empenho demonstrado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Pensa que as alterações a introduzir são um caminho para a resolução deste problema, apesar de reconhecer que poderão não conter, ainda, as soluções desejadas.

A Senhora Deputada Elza Pais (PS) cumprimentou a petionária e disse registar a posição de luta contra a precariedade científica. Referiu que o seu Grupo Parlamentar é sensível à atualização do valor das bolsas, pelo que tomam boa nota da sua reivindicação, sem prejuízo de ser necessária a existência de dotação orçamental para o efeito.

Quanto à questão suscitada do vínculo, expôs que o seu Grupo Parlamentar distingue entre bolsas e outros tipos de vínculos, como os contratos científicos. Com efeito, evidenciou que o Governo este a trabalhar no sentido de criar vínculos científicos, sendo exatável que todos os que reúnam as necessárias condições possam vir a ter contrato, tratando-se de uma injustiça que vinha da anterior legislatura.

Reportou-se, ainda, ao Programa de Estímulo à Investigação para os anos de 2017 a 2019.

Concluiu, dizendo que grande parte das falsas bolsas ficarão, com as referidas alterações ao Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto resolvidas. Já quanto às bolsas, propriamente ditas, referiu que o seu Grupo Parlamentar regista as preocupações, mas considera que estes bolseiros não têm o mesmo vínculo que o que resulta de um contrato de trabalho.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) cumprimentou a ABIC e todas as propostas que estes fazem na petição apresentada.

Sublinhou que as alterações ao Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, são um passo importante, pois que permitirão corrigir um conjunto de problemas que o decreto tinha, o que não significa que na área da gestão das bolsas mais não haja a corrigir, como seja a questão da atualização do valor destas.

Quanto ao funcionamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e as notícias do cancelamento de duas bolsas a dois bolseiros, e quanto ao atraso na celebração dos contratos de bolsa e respetivos pagamentos, informou que o seu Grupo Parlamentar apresentou um requerimento para audição do Presidente do Conselho Diretivo da FCT, com vista à apresentação de justificação par a estas questões.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) cumprimentou a ABIC e referiu que esta, hoje e forma sintética, traz três blocos de assuntos, a saber, a questão da atualização do valor das bolsas, a natureza do vínculo destas bolsas e o recurso ao PREVPAP, e o funcionamento da FCT.

Quanto ao montante das bolsas e à inexistência de atualização, referiu considerar que não há justificação para que esta situação se mantenha. No entanto, concorda que se deve continuar a distinguir as bolsas das restantes situações contratuais. Considera que, visto de fora, a natureza do vínculo do bolseiro não pressupõe determinados direitos.

Além de que as bolsas cumprem um papel durante um período que se pretende de estudo, pelo que considera ser de se manter a referida separação.

Quanto ao PREVPAP, expôs que os números na comunicação social parecem baixos, face ao inicialmente estimados, questionando se conhecem a existência de algum obstáculo à apresentação destes requerimentos.

Por fim, e no que respeita ao FCT referiu não ter conseguido compreender a situação, mas que o seu Grupo Parlamentar irá explorá-la, mencionando que a atual gestão da FCT parece levantar algumas questões ao nível da transparência e, por tal motivo, acompanharão o requerimento do BE.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) saudou a ABIC e referiu que a derrota do anterior Governo foi a abertura de uma nova política de reposição de direitos e rendimentos. Salientou, depois, que de facto a regra de contratação de mão-de-obra altamente especializada é a de precariedade. Enfatizou, ainda, que não podia continuar a existir uma política de desvalorização do trabalho. Concluiu, referindo que não poderão esquecer o pedido efetuado pela ABIC quando disse “somos trabalhadores e queremos um contrato”.

Dada a palavra à Senhora Vice-presidente da ABIC para resposta, esta expôs que não é por serem doutorados que se sentem mais valorizados. Com efeito, considera que não são mais do que os outros profissionais. Contudo, também não devem ser menos que estes. Referiu que a utilização, ou o recurso à bolsa é tão massivo que acaba por abarcar muita gente. Considera, assim, que o recurso à bolsa hoje já não é apenas para efeitos de formação. Referiu que os dinheiros públicos que lhe são transferidos não o são para efeitos de estudo, mas para efeitos de produção, só que o produto que estes produzem é o conhecimento.

Reiterou que a pretensão da ABIC é a revogação do Estatuto do Bolseiro, devendo deixar de existir bolsas, as quais devem ser substituídas por contratos, uma vez que todos os indicadores no terreno dão a entender que as bolsas permanecerão.

Expôs ter algum contentamento com o facto de os Grupos Parlamentares considerarem que está na altura de atualização dos valores das bolsas.

Para completar a resposta, foi dada a palavra à Senhora Presidente da ABIC, que referiu saber que existe alguma contradição entre bolsa e vínculo, sendo certo que no nosso País recorrer-se sempre às bolsas. Reportou-se, depois, a exemplos internacionais, concretamente o caso de Espanha em que os fundos públicos não vão para as bolsas, mas antes para contratos de trabalho, pelo que consideram que a revogação do Estatuto do Bolseiro não pode ser vista como uma utopia.

Referiu, ainda, que considera gravosa a situação da revogação das bolsas dos dois colegas pela FCT, por violação da exclusividade, nomeadamente por estes colegas poderem ser integrados pelo Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, ou pelo PREVPAP.

Já quanto às bolsas atribuídas em outubro e que só começaram a ser pagas em junho, bem como quanto aos pedidos de documentos específicos que a FCT se encontra a realizar, a ABIC solicitou já uma reunião com esta para discussão destes temas.

Terminou, referindo que levam em boa nota que haja uma intenção de no próximo Orçamento de Estado existir atualização do valor das bolsas, sensibilizando para a necessidade de uma atualização anual.

A audição foi gravada em registo áudio, que está disponível para consulta na [página da Comissão](#), o que dispensa um maior desenvolvimento desta nesta sede.

5. Requerimento do CDS-PP a solicitar ao Ministro da Educação a remessa do estudo que fundamentou o procedimento para celebração de contratos de associação 2017/2018, 2018/2019 e 2019/2020 e o estudo que justificou a retificação ao aviso de abertura de procedimento para celebração desses contratos

O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) para expor o requerimento apresentado pelo seu Grupo Parlamentar. A Senhora Deputada referiu que o Grupo Parlamentar do CDS-PP poderia ter solicitado, de forma isolada, estes estudos ao Ministro da Educação, contudo consideram que se afigura como útil que o pedido seja elaborado pela Comissão de Educação e Ciência de forma a permitir a divulgação destes por todos os Grupos Parlamentares.

No debate que se seguiu, foi dada a palavra à Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD) que referiu que o seu Grupo Parlamentar acompanha o requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP, pois que tudo o que possa ajudar a elucidar as decisões tomadas pelo Governo importam para efeitos de atuação dos próprios Deputados à Assembleia da República.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) expôs que o seu Grupo Parlamentar não acompanha os fundamentos do presente pedido, não obstante considerarem útil a obtenção de tais estudos, motivo pelo qual acompanharão o pedido.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) tomou da palavra apenas para salientar que, do ponto de vista político, quando não existiam critérios para a tomada de decisões o Grupo Parlamentar do CDS-PP não pediu tais estudos, nomeadamente reportando-se ao anterior Governo.

Levado a votação o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e CDS-PP, na ausência do PEV.

6. [Petição n.º 256/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por Ana Margarida Carvalho Maia – Solicitam que sejam adotadas medidas com vista à resolução da situação contratual precária dos técnicos especializados nas escolas

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Álvaro Batista (PSD) para expor o Relatório por este elaborado para a Petição n.º 256/XIII/2.ª. O Senhor Deputado referiu que já tinha exposto o seu Relatório na reunião de 7 de junho, e que havia procedido às alterações em conformidade com o acordado em tal data, nada tendo a acrescentar.

Levado a votação o Relatório, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e CDS-PP, na ausência do PCP.

7. [Petição n.º 252/XIII \(2.ª\)](#) – apresentada por Eva Soares Pinho da Cruz Leite de Freitas – Solicita a criação de grupo letivo para Professores de Técnicas Especiais

Por a Senhora Deputada Relatora, Maria Augusta Santos (PS), se encontrar em deslocação do Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação, desta Comissão, foi deliberado o adiamento do presente ponto para a próxima reunião.

8. [Projeto de Resolução n.º 816/XIII/2.ª \(PCP\)](#) – Defende a conclusão da construção da Escola Básica Diogo Lopes de Sequeira – Alandroal

9. [Projeto de Resolução n.º 854/XIII/2.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam a realização de obras de construção do Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Básica Diogo Lopes Sequeira do Alandroal

O Senhor Presidente informou que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou proposta de alteração à redação final do texto de fusão dos Projetos de Resolução n.º 816/XIII/2.ª (PCP) e n.º 854/XIII/2.ª (PSD), constantes dos pontos 8 e 9 da ordem do dia.

Por não se encontrar reunido quórum deliberativo, foi determinado o adiamento do presente ponto para a próxima reunião.

10. [Projeto de Resolução n.º 763/XIII, do BE](#) - Remoção das placas de fibrocimento com amianto na escola El-Rei D. Manuel I, em Alcochete

Adiado por consenso.

11. [Projeto de Resolução n.º 918/XIII, do CDS-PP](#) - Recomenda ao Governo que proceda à urgente reabilitação e ampliação da Escola El 2,3 El-Rei D. Manuel I, de Alcochete, e remova todas as placas de fibrocimento com amianto

Adiado por consenso.

12. [Projeto de Resolução n.º 931/XIII, do PCP](#) - Requalificação e ampliação urgente da Escola Básica de 2º e 3º ciclos El-Rei D. Manuel I em Alcochete

Adiado por consenso.

13. [Projeto de Resolução n.º 892/XIII, do BE](#) - Pagamento das bolsas de doutoramento e pós-doutoramento 2016 pela FCT

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Luís Monteiro (BE), enquanto proponente do Projeto de Resolução n.º 892/XIII/2.ª, o qual expôs o propósito da referida iniciativa legislativa.

Seguiu-se o debate onde interveio o Senhor Deputado Porfírio Silva (PS), as Senhoras Deputadas Nilza de Sena (PSD), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Paula Santos (PCP).

Da discussão foi elaborada [informação](#) para efeitos de envio do Projeto de Resolução n.º 892/XIII/2.ª (BE) para votação em Plenário, o que dispensa o desenvolvimento deste ponto nesta sede.

14. [Projeto de Resolução n.º 893/XIII, do BE](#) - Requalificação e ampliação da Escola Básica de 2º e 3º ciclos de Vialonga, Vila Franca de Xira

Adiado por consenso.

15. [Projeto de Lei n.º 166/XIII, do PS](#) - Define um regime de pagamento faseado das propinas devidas pelos estudantes do ensino superior e cria um regime especial de pagamento por beneficiários de bolsas de ação social, procedendo à terceira alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto

O Senhor Presidente colocou à votação, em sede de especialidade, do Projeto de Lei n.º 166/XIII/2.ª (PS), na sua totalidade, foi o mesmo aprovado com votos a favor do Grupo Parlamentar do PS, BE e PCP, e a abstenção dos Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP, conforme melhor consta do Relatório de Discussão e Votação de Especialidade e com a redação constante do texto final, disponíveis para consulta na [página da iniciativa](#).

16. [Projeto de Lei n.º 486/XIII, do PEV](#) - Desmaterialização de manuais e de outros materiais escolares

Adiado por falta de quórum deliberativo.

17. [Petição n.º 329/XIII \(2.ª\)](#) – Solicita rescisão amigável com o Ministério da Educação e iniciativa legislativa que permita o rejuvenescimento dos professores.

Adiado por falta de quórum deliberativo.

18. Projetos de Lei n.ºs [326/XIII/2.ª](#), [423/XIII/2.ª](#) e [424/XIII/2.ª](#) – Primeira alteração à Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto, que define medidas de apoio social às mães e pais estudantes

Adiado por falta de quórum deliberativo.

19. Data da próxima reunião

4 de julho de 2017 (terça-feira), às 15h – Audição Regimental do ME

A reunião foi encerrada às 17:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 de junho de 2017

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 4 de julho de 2017.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
André Pinotes Batista
Joana Mortágua
Lúcia Araújo Silva
Luís Monteiro
Margarida Mano
Nilza de Sena
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Álvaro Batista
Elza Pais
Ivan Gonçalves
Palmira Maciel
Paula Santos
Pedro Coimbra

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Emília Santos
Laura Monteiro Magalhães
Maria Manuela Tender
Odete João

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão
Ilda Araújo Novo
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Sandra Pontedeira
Susana Amador